

AgRg no HABEAS CORPUS Nº 529.462 - SP (2019/0253874-1)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
AGRAVANTE : FABIO GUTIERREZ SOARES DA SILVA
ADVOGADO : GUILHERME GOUVÊA PICOLO - SP312223
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. ROUBO MAJORADO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PERICULOSIDADE SOCIAL. REITERAÇÃO DELITIVA. EXCESSO DE PRAZO. MATÉRIA NÃO APRECIADA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRISÃO DOMICILIAR. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA IMPRESCINDIBILIDADE DA MEDIDA. CRIANÇAS QUE ESTÃO SOB OS CUIDADOS DA GENITORA. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Esta Corte possui entendimento no sentido de que, a constrição cautelar impõe-se pela gravidade concreta da prática criminosa, causadora de grande intranquilidade social, revelada no *modus operandi* do delito, e diante da acentuada periculosidade do acusado, evidenciada na propensão à prática delitiva e conduta violenta.

2. No caso, o decreto prisional funda-se na reiteração delitiva do paciente, tendo em vista *que o averiguado ostenta diversos antecedentes, inclusive por crimes de roubo circunstanciado, tendo sido condenado, em definitivo, tanto por roubo quanto por receptação*. Ademais, a medida constritiva é reforçada diante da *gravidade da infração e suas circunstâncias peculiares, mormente a grave ameaça empregada a plena luz do dia e com uso de simulacro de arma de fogo*.

3. É inviável a análise do alegado excesso de prazo da prisão, porquanto referida tese não foi apreciada pelo Tribunal de origem, de modo que o debate diretamente por esta Corte superior incorreria em indevida supressão de instâncias.

4. O pedido de prisão domiciliar por *ser genitor de duas crianças não implicam, necessariamente, a substituição da preventiva pela prisão domiciliar*. A princípio, nada foi demonstrado no sentido de que sua *presença domiciliar seja imprescindível aos cuidados de suas filhas menores, que se encontram aos cuidados da mãe*.

5. Agravo regimental improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima

Superior Tribunal de Justiça

indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior e Rogerio Schietti Cruz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019 (Data do Julgamento).

MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Presidente

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator